

VIMARAENSE

Semanário político, literário e noticioso, órgão do Partido Evolucionista

Director, proprietário e editor — Custódio dos Santos Lima Guimarães

PREÇO DA ASSINATURA

Ano, sem estampilha	1\$20
Semestre, idem	600
Ano, com estampilha	1\$50
Semestre, idem	750
África e Brasil, por ano (moeda forte)	2\$25
Número avulso	50

Redacção, Administração, composição e impressão
Rua Elias Garcia, 40 (antiga rua de Santa Maria)
 PUBLICA-SE AS QUINTAS-FEIRAS

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES

Anúncios e comunicados, por linha	206
Repetição dos mesmos	202
Anúncios permanentes, contracto especial.	
As obras literárias anunciam-se gratis, recebendo-se na redacção um exemplar.	
Os autógrafos, sejam ou não publicados, não se restituem.	

A PATRIA

Coincidindo com os artigos alarmantes que a imprensa monarchica tem ultimamente publicado, vemos em outros jornais, a que não se pôde attribuir as intenções das folhas affectas ao regime extinto, artigos que revelam um pessimismo que não devemos deixar de considerar exagerado.

Eu já tive ensejo, nestas mesmas columnas, de afirmar a minha profunda convicção, de que a Pátria não morrerá. Estribei até essa minha convicção na convicção, não menos profunda, dum homem eminente, que soube prever o descalabro inevitável da monarchia, a uma distancia, não de dez ou doze dias, mas de dez ou doze anos. Augusto Fuschini não acreditava que uma nacionalidade, e uma nacionalidade como a nossa, com perto de oito séculos de história, pudesse desaparecer com a facilidade que imaginam aqueles que se deixam cegar pelo seu despeito ou pelo seu scepticismo. E ele falava numa ocasião que, encarada apenas no seu aspecto de momento, era bem pior do que a actual, porque nem sequer existia então uma corrente republicana suficientemente forte que lhe fizesse antever a alvorada redentora de 5 de Outubro.

No fim do século passado, que foi quando Augusto Fuschini publicou as suas notáveis *Liquidações Politicas*, a monarchia estava já condenada, e elle sagazmente o verificára, e a República estava ainda numa fase puramente ideológica. Portugal podia morrer com essa monarchia gangrenada. Pelo meos todos o supunham. Mas o altivo espirito de Fuschini reagia, porque elle não podia nem queria acreditar que uma nacionalidade morresse tão facilmente.

Tinha razão. Quem não a tem é quem vem comparar o estado actual da Pátria com o que ella apresentava no momento em que o cardeal D. Henrique soltava o último alento. Então Portugal era uma nação derrotada. Dir-se-ia que todo o nosso sangue ensopára os plainos ardentes de Alcácer-Kibir. Eramos uma nação derrotada. Um louco nos conduzira a essa derrota, e a própria monarchia agonizava com o velho cardeal, traco, egoista e imbecil. Mais tarde, Portugal teve outro momento de suprema crise. Foi quando, sem sequer um simulacro de defeza, o povo viu o território nacional invadido por um exército estrangeiro, que o vinha conquistar, e que o regente do reino, mentiroso e cobarde, lhe ordenava que rece-

besse como amigo, enquanto elle punha a salvo, embarcando para terras de Santa Cruz, o miserável corpanzil. Nessa ocasião era Portugal também um país derrotado, e derrotado dessa vez sem combate; um país sem governo, porque a monarchia fugia. Mas nem duma nem doutra vez, esta nacionalidade desapareceu. Noventa anos depois de descer ao túmulo o cardeal D. Henrique, Portugal recuperava a sua independencia, repellido o usurpador. Os franceses foram repellidos mais depressa. Portugal continuou a ser uma nação livre.

Como é que se podem comparar estes periodos históricos com o periodo que estamos atravessando e em que Portugal não é uma nação derrotada, antes tudo indica que dentro em breve será uma nação vencedora?

Como é que podemos comparar esses periodos em que a monarchia patenteou todas as suas taras e defeitos com o periodo actual em que a República soube apontar ao país o caminho da glória e do triumpho?

Estamos atravessando uma crise? Temos atravessado muitas, e a que actualmente se desenrola vem de há treze ou catorze anos a esta parte. Vem desde a questão dos tabacos em que começou a agonia da realza, teve o seu momento culminante na proclamação da República e tem desde então manifestado os aspectos usuais a uma transformação do regime, com as suas inevitáveis convulsões de desequilíbrio que tendem necessariamente para o equilibrio e para a harmonia.

Temos atravessado muitas crises, e a de hoje não é maior do que a de 1385, em que os amores dum rei com uma barregã estiveram a pontos de nos perder. A nação salvou-se com uma revolução popular, uma dessas revoluções a que os povos recorrem sempre quando vêem que ellas são o último recurso para a salvação nacional.

Temos atravessado muitas crises. A de agora encontra-nos aliados ás nações mais poderosas, mais livres e mais progressivas da terra. Encontra-nos no momento em que acabamos de honrar, com toda a espécie de sacrificio, um compromisso de Portugal. Encontra-nos quando, mercê de circunstâncias felizes, somos um país regido por principios que são precisamente aqueles que vão predominar no mundo. Encontra-nos quando a vitória nos sorri porque entre o trofeu das bandeiras triunfantes, na maior das conflagrações em que as nações se tem chocado, a nos-

sa bandeira tem já o seu lugar marcado, e lá aparecerá, como as outras, com os laivos de muito sangue generoso.

E seria possível imaginar sequer a possibilidade do desaparecimento da nossa nacionalidade neste momento em que o futuro se rasga na sua frente, cheio de garantias e promessas? Não! Haja o que houver entre nós, a Pátria não morrerá. Ella é tão grande que nem nós a podemos perder com os nossos êtros ou despedaçar com as nossas paixões!

Mayer Garção.

Um caso misterioso

Transcrevemos do nosso excelente colega *A República*, de Vila do Conde:

Estava o parlamento aberto, e o governo continuava a legislar, torrencialmente, por todas as pastas, coonestando esse procedimento abusivo com a subtilza jesuitica de pôr nos decretos uma data anterior ao da abertura do parlamento.

Os legisladores protestaram contra aquella usurpação de poderes, e o governo comprometeu-se a não publicar mais papeis enquanto o parlamento existisse.

Aparece, porém, um decreto ditatorial, agravando as taxas da contribuição de registo, e porque logo se levantaram reparos e protestos, o governo mandou dizer... que fóra alheio ao caso e ia inquirir dos responsáveis pelo abuso.

Já se apurou, no tal inquérito, que no Ministério ninguém fóra responsável pela publicação illegal de tal diploma, e isso se comunicou aos interessados numa nota officiosa.

Sendo evidente, no entanto, que o tal decreto não foi, por seu pé, dar á *Imprensa Nacional*, evadindo-se da gaveta onde estava, e evidentemente sendo que não foi nenhum contribuinte que o raptou, pelo dolo ou a violência, para ter o prazer de se queimar nas suas disposições gravosas, o caso envolve-se realmente num mistério de mui difficil penetração, e assim se explica que o governo, apesar da sua vontade enorme — sem dúvida, sem dúvida, enorme! — de apurar tudo, não tenha conseguido até hoje arpoar os culpados.

Para nós só dois homens, dadas as circunstâncias referidas, podem ter praticado o ousado, se bem que inexplicável, feito.

Só dois!

Ou foi o Baeta, o que matou o cão, ou foi o homem da boina, o que matou o Fandango.

Major-médico dr. Albino Gomes

A semana finda passou-a em Guimarães este distinto médico do exército, recentemente chegado do front á sua casa de Braga, com licença de campanha.

Esteve aqui de visita a sua extremosa mãe, sr.^a D. Custódia Gomes, e a seus irmãos srs. cônego José Maria e padre Manuel Gomes.

Acompanhavam-no sua dedicada esposa e interessante filhinha.

Calculamos que indizível contentamento iria no Beringel, no seio daquela familia tão amiga, ao abraçarem de novo o filho e o irmão querido, ausente há tanto tempo e sob os perigos e contingencias da guerra.

Felicítamos muito especialmente a veneranda sr.^a D. Custódia por esta alegria de lágrimas, o nosso bom amigo sr. cônego por este grande alívio a seus males e ao sr. padre Manuel Gomes por esta suspirada morte de saudades.

Ao illustre major-médico, nosso amável subscritor, á sua ex.^{ma} esposa sr.^a D. Beatriz e á sua galante filhinha, — apresentamos respeitosos cumprimentos — e também muitas felicitações!

Em que regime vivemos?

Há dias, no teatro da Trindade em Lisboa, um espectador, recém-chegado da provincia e republicano antigo, ao ver surgir no palco, no final do 1.^o acto da Revista que se representava, os retratos dos principais vultos da República, soltou este simples, honesto e patriótico grito:

— Viva a República!

Pois, ao acabar o acto, esse republicano foi esperado nos corredores por vários dos individuos que abrihantavam a festa (a récita parece que era patrocinada pela policia e abrihantada por grupos de mantenedores da situação) e agredido a sóco, á bengalada e a pontapés e posto fóra do teatro.

Não é personagem de Julio Verne o agredido, nem mora nas nuvens. É o industrial sr. Francisco Ferreira, que na redacção da «Luta» apresentou o seu indignado protesto e mostrou um profundo ferimento na cabeça e várias escoriações na cara e no corpo.

Nós sómente preguntamos: Então, em regime republicano, já não se pode dar vivas á República? E que fez a policia?

Parece que compareceu mas para proteger os agressores, visto nenhum ter sido preso...

Correio das salas

Passa incomodado o sr. Manuel de Freitas Aguiar, muito digno secretário da administração deste concelho. Desejamos o restabelecimento do illustre enfermo.

Regressou ultimamente do Gerez o nosso respeitável amigo, sr. padre José Maria da Silva, bondoso director da Escola Académica, o modelar estabelecimento de instrução.

De visita a sua ex.^{ma} familia, chegou a Guimarães o nosso distinto conterrâneo sr. João Alberto Pinheiro, considerado commerciante da praça de Lisboa. S. ex.^a, que nesta cidade teve pouca demora, foi passar uns dias á Póvoa de Varzim. Cumprimentamos muito affectuosamente o nosso obsequioso e illustre amigo.

Regressou de Celdelas o rev. padre Anselmo da Conceição e Silva, distinto professor do Liceu desta cidade.

De visita a sua ex.^{ma} mãe, esteve em Guimarães, partindo em seguida para Vizela, a uso de banhos, o nosso illustre conterrâneo e antigo colaborador deste semanário sr. Fernando da Costa Freitas. Dirijimos a s. ex.^a respeitosos cumprimentos.

Tem estado, com suas ex.^{mas} tias, na sua bela quinta de S. Lourenço de S. João, o sr. Tomas Rocha dos Santos, illustre director do nosso colega local *Eclos de Guimarães*.

No gózo de quinze dias de licença, encontra-se em Guimarães o nosso excelente amigo sr. António Leão Martins, digno aspirante de finanças em Viana do Castelo. Cumprimentamo-lo.

Encontra-se enfermo o sr. Luís Gonzaga Pereira, digno director do acreditado Colégio Académico. Desejamos o restabelecimento do presado amigo.

Tem estado docente na sua casa da Lage, em Gondomar, o nosso respeitável amigo sr. Manuel Fernandes Guimarães. Fazemos votos pelo seu restabelecimento.

Estiveram nesta cidade no penúltimo domingo de visita ao seu e ao do amigo sr. Joaquim José Nerys, da casa Amadeu Ferreira da Piedade, de Coimbra, e Joaquim Mendes de Vasconcelos, do Porto.

Foram passar uma temporada á Póvoa de Varzim os nossos conterrâneos em seguida mencionados:

D. Maria de Freitas Aguiar Martins Sarmiento, D. Emilia Pereira da Silva Gubral e filhas, Dr. Alvaro Basto e familia, tenente coronel Amaral e familia, José Fernandes da Costa e familia, Dr. António Basto, José Pinheiro, António Gaires de Madureira e familia, Silvino Aguiar e filho, capitão de mar e guerra Silva Ribeiro e irmão, tenente coronel Alcino Machado e familia, Manuel Ferreira Guimarães e familia, padre António de Jesus Teixeira, Simão Pinheiro Ribeiro Guimarães, 1.^o sargento Abrão Pinheiro e esposa, Francisco Cândido Pinto e esposa, Augusto Inácio da Cunha Guimarães, Padre Gaspar Roriz, António Joaquim Gonçalves e esposa, António Barbosa de Abreu Guimarães e esposa, Manuel Joaquim Marquês Guimarães e familia (e Gondomar), Francisco Inácio da Cunha Guimarães, José Mendes Ribeiro e padre Alfredo Correia (da Pevidem), José Joaquim da Costa e esposa (de Gonça), etc., etc.

Trespasse de mercçaria

Em visto de o seu proprietário ter de fixar residência na Corredoura, trespasa-se a bem afreguezada mercçaria do Traz de S. Paio, sita na rua Dr. Aveilino Germano, n.^o 45, desta cidade.

Porcaria!

Não há trocos e os que apparecem são imundos.

Aquilo com que o publico está sendo obrigado a transaccionar não é já uma ficção de valor ou de moeda, é um autentico produto de desassimilação intestinal, escreve, com toda a verdade, Guedes de Oliveira. E' alguma coisa de muito peor e de muito mais repugnante que o papel da *retrete* depois de servido.

A este estado de impudor chegámos. E, se assim estamos numa coisa de tão fácil e tão simples solução, que podemos nós esperar num problema tão complicado como é o das subsistências?!

Pobre Portugal!

Três desventurados

Ficaram ontem soterrados, quando procediam á abertura duma mina na quinta do Celeiro, da freguezia de Silveiras, três pobres operários mineiros.

Em auxilio dos desgraçados correu bastante gente, que ao cabo de muito trabalho conseguiu retirá-los, já cadáveres.

Da lamentável ocorrência foi dada participação á autoridade administrativa.

AUTOMÓVEL

Vende-se um Minerva Lau-dalet em magnifico estado de conservação.

Falar com o solicitador Pimenta.

Acaba de apparecer

Cinéma Chantecler

Reobre no próximo domingo as suas portas, para a inauguração da época de inverno, aquêlle popular salão.

Exibir-se-hão as seguintes películas: «Homem papagaio» (5 partes), «Europa Oriental» (natural) e «Pomada maravilhosa» e «Wild prestidigitador» (cómicas).
Haverá duas sessões.

NECROLOGIA

Na sua residência da rua de Paio Galvão, faleceu há dias o sr. Francisco Pereira Mendes, venerando pai dos srs. João, António, Domingos e José Pereira Mendes, nossos estimados conterrâneos.

O funeral do bondoso ancião constituiu não só uma demonstração de saudade pela sua honrada memória, como provou ainda a grande consideração que os filhos do extinto, a quem acompanhámos na sua dor, gosam no meio vimaranense.

Vitimado por uma tísica na laringe, faleceu na segunda-feira, á noite, o sr. Manuel Ferreira Lopes, estabelecido com barbearia no Largo 1.º de Maio.

Pezames aos doridos.

AVA ANTIGA GUARDASOLRIA CARVALHO

Executam-se todos os concertos

Ao Guardasol Elegante!

154, B. Republica, 160-Guimarães

Casa Penhorista Vimaranense

(FUNDADA EM 1880)

Rua da Republica, 144-Guimarães
Leilão de penhores

Em harmonia com o art. 1.º do decreto de 1 de Outubro de 1900, faz-se público que no dia 20 e seguintes do proximo mês de Outubro, se procederá, na sede desta casa, á arrematação de todos os objectos que se consideram abandonados por falta de pagamento de juros.

Guimarães, 19 de Setembro de 1918.

Os proprietários,
Peixoto & Rocha.

COMUNICADO

...Sr. director:

Peco a V... a fineza de dispensar-me um cantinho do seu semanário a fim de me defender dumas calúnias que contra mim bolso, no jornal de Lisboa *A Situação*, de 15 deste mês, o correspondente do referido jornal nesta cidade. Esse correspondente é um tal Casimiro (o Chincana), que toda a gente desta cidade conhece como um ébrio incorrigível e prestes a entrar, pelo abuso do alcool, em Rilhafoles.

Quanto ao seu informador, esse deve ser o não menos conhecido cabo «Cartada», da policia de Guimarães.

Um e outro deveria eu dá-los ao desprezo, visto que são criaturas de fracos precedentes e a mim só me poderiam ofender insultos de pessoas de bem. Mas como *A Situação* é bastante lida e eu não quero que sejam iludidas as pessoas que me conhecem, eis porque vou esclarecer o caso:

A sindicância a que se está procedendo na corporação da policia, foi por mim pedida ao ex.º sr. dr. João Rocha dos Santos, muito digno administrador d'este concelho, e não a pedido de qualquer outro membro daquela corporação ou de outra pessoa extranha. Foi-o conscio de que me ha de ser feita justiça, que foi, de resto, o que prometeu a mesma ex.ºm autoridade.

Levou-me a requerer esta sindicância aos meus actos, uma insubordinação que no dia 11 do corrente houve da parte do tal «Cartada», que chegou a ameaçar-me com a espingarda, não se lembrando que, se não fosse eu, ainda hoje seria um simples guarda.

Hoje, porém, como 2.º cabo, já se julga superior ao chefe da corporação! Que luxos!...

Devo frizar neste momento que, com excepção do tal «Cartada» e do n.º 12, Manuel Teixeira (os quaes garantem a toda a gente que eu serei expulso), á parte esses dois, repito, dos restantes membros da corporação nada tenho que dizer, a não ser que todos são respeitadores e bem comportados.

Quanto ao resultado da sindicância, garanto que não meo empenhos nem peço a ninguém que patrocine a minha causa, não só porque fui eu o requerente da sindicância, visto que não me acusa a consciencia de ter praticado a mais leve falta, mas ainda porque confio na rectidão e justiça do ex.º sr. dr. Rocha dos Santos, a quem peço severo castigo para o culpado.

Com referencia ao tal Chincana (a quem, há tempos, por identica proesa, que o biltre não pode provar, deixei de esbofetear por ter nojo de pôr as mãos em semelhante cara), esse vou chamá-lo aos tribunais para que prove as acusações que ora me faz.

Augusto Tristão Pereira Pimenta de Castro (chefe de policia).
(Segue-se o reconhecimento).

A MOÇÃO

que deveria ser aprovada no dia 15, nos comicios da U. O. N.

Considerando que a conflagração europeia e bem assim todas as convulsões económicas e sociais tem a sua origem na péssima organização económica da produção capitalista, que deriva do facto supinamente absurdo de uma infima minoria de individuos, que constituem a classe patronal, se arrogar o direito de dispor, com lhes apraz de todos os meios de produção;

Considerando que, em virtude da classe capitalista possuir todos os poderes económicos e politicos, pode estabelecer o horário de trabalho e os salários para os trabalhadores, não em harmonia com as necessidades dos mesmos trabalhadores, mas sim atendendo aos seus gananciosos interesses, e ainda dispor, a seu talante, da produção social, açambarcando-a para vendê-la por preços exorbitantes em detrimento das classes laboriosas;

Considerando, por consequência, que é á classe capitalista, em virtude dos factores acima apontados, que cabem as responsabilidades directas de tais perturbações económicas e sociais, de que a classe trabalhadora tão violentamente sente os efeitos;

Considerando que o agravamento constante do custo da vida não é só originado nas perturbações económicas derivadas da conflagração europeia, mas sim, e muito principalmente, na ganancia desmedida de todos os detentores da riqueza social, que invocam essas perturbações para melhor especular com a miséria do proletariado;

Considerando que os governos sempre adoptaram uma attitude de indiferentismo perante um problema de tal transcendência, limitando-se a legislar abundante e incoerentemente, nunca seguindo um largo e seguro critério, mas procedendo consoante as suas conveniências de momento, nunca cuidando de reprimir energicamente o açambarcamento feito quasi que publicamente pelo alto e baixo commercio;

Considerando que esta attitude impõe aos trabalhadores, a quem uma tal crise criou um ambiente sufocante, a necessidade de congregarem todos os seus esforços para, numa acção comum, cumprirem os poderes constituídos a cuidar séria e energicamente da magna questão das subsistências, que é, sem duvida, o maior de todos os grandes problemas da hora presente;

Considerando ainda que a organização operária sempre tem pugnado pela conquista de determinadas reivindicações, de um grande significado moral e social, e que encerram em si as mais elementares liberdades, que aos proletarios portugueses systematicamente tem sido negadas, direitos estes que de há muito foram conquistados pelas principais organizações operárias estrangeiras;

Considerando que, sem esses direitos, a organização operária não pode cabalmente corresponder ao fim para que foi criada, porquanto a respectiva legislação, actualmente existente, não lhe permite um maior desenvolvimento dos organismos que a mesma organização reputa indispensaveis para a defesa dos interesses económico-sociais da classe operária;

Considerando, finalmente, que á estas reclamações deve o proletariado português afirmar o seu decidido apoio, proclamando, em todas as circunstâncias, a sua identificação absoluta com elas e a sua resolução firme de persistir nos seus esforços até á sua conquista integral;

O povo trabalhador de... reunido em comicio publico, de harmonia com os considerandos antecedentes, resolve apoiar as reclamações da União Operária Nacional, que são as seguintes:

(Continua).

Éditos de 20 dias

(2.ª publicação)

No Juizo de Direito da comarca de Guimarães, cartório do escrivão do 2.º officio, pende um processo de expropriação amigavel de terrenos, feito entre António Gomes Gonçalves, viuvo, residente nos Estados Unidos do Brazil, representado por sua irmã D. Maria Gomes Gonçalves, do logar da Fontinha, freguesia de Aroza, desta comarca e a Direcção das obras publicas do Distrito de Braga expropriação que compreende 577, m² de terreno lavradio e 513, m² de bouça, no sitio de Grade Lameiro, freguesia dita de Aroza, cujo terreno é comprehendido na demarcação da estrada districtal n.º 47, lançada da Porteira de Gonça a Aroza, e é pertença das propriedades denominadas Cerdeira, Grade Lameiro e Boucinha, a a primeira registada sob o n.º 1763, no livro B.—10 a folhas 143 v., a segunda sob n.º 6390, no livro B.—23 a folhas 34, e a terceira e

última, confronta do nascente com Joaquim Felizardo Gomes e António da Rocha, do norte com António José da Costa, do poente com caminho publico e do sul com Maria de Jesus Gonçalves, António José da Costa e Joaquim Felizardo Gomes. O preço da venda dos indicados terrenos foi de 60\$ 0 que se acha depositada na Caixa Geral, em Lisboa. E no referido processo correm éditos de 20 dias que principiarão a contar-se da publicação do segundo e último anuncio, citando todos os interessados incertos, para no indicado praso deduzirem as suas reclamações á referida expropriação e preço da venda o que se faz publico nos termos do art. 6.º do Decreto de 15 de Fevereiro de 1913.

Guimarães, 22 de Julho de 1918.

Verifiquei.

O Juiz de Direito,

Santos.

O escrivão,

Manuel Ribeiro de Sousa Mascarenhas.

**“ATLANTICA,”
Companhia de Seguros**

SOCIEDADE ANÓNIMA DE RESPONSABILIDADE LIMITADA

Capital social... Esc. 500.000\$00
» realizado. » 50.000\$00
Fundo de reserva » 150.000\$00

SÉDE: LOYOS, 92—PORTO

Recetta de 1914... Esc. 36.988.803.5
» » 1915... » 71.197.829.3
» » 1916... » 537.897.891.6
» » 1917... » 3.139.404.823

Sinistros pagos em 1914 E. 22.601.841
» » 1915 » 25.903.915
» » 1916 » 153.470.890.5
» » 1917 » 1.427.035.874

AGENCIAS EM FRANÇA, INGLATERRA, NORUEGA SUECIA, DINAMARCA, ESPANHA E EGITO

Seguros contra fogo.—Seguros contra fogo e roubo.—Seguros contra greves e tumultos.—Seguros agricolas.
Seguros contra quebra de cristais.—Seguros de guerra.
Seguros marítimos e postais.—Seguros contra inundações e enxurradas.

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Manuel Joaquim de Oliveira
Dr. José Maria Soares Vieira
Silvino Pinheiro de Magalhães
Dr. Leopoldo Correia Mourão
Jaime de Sousa

Directores

Agentes em todas as terras do país

Commissarios de avarias em todos os portos do mundo

DELEGAÇÃO EM GUIMARÃES

Passeio da Independencia, 102 a 105

A MUNDIAL

COMPANHIA DE SEGUROS

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

Capital: 500:000\$00 escudos

Seguros contra accidentes de trabalho

Seguros contra fogo

Seguros de vida

Seguros de transportes

Seguros contra roubos

Seguros de cristais.

Correspondente na Corredoura (S. Torcato):

João Vasco Cardoso Guimarães.